



NOSSA CLASSE

Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!

ECETISTAS

Boletim Sindical do Partido
Operário Revolucionário
Setembro, 2020

Contra a privatização! Em defesa dos direitos! Ampliar e fortalecer a greve dos Correios!

Após um mês de paralisação, a greve se encaminha para o dissídio coletivo. Porém, não podemos confiar no TST, na justiça burguesa, que faz vista grossa à empresa, que tem mantido os descontos e adiantado os cortes da ACT. Qualquer conquista será fruto da força da luta.

Os ecetistas têm tomado importantes iniciativas radicalizadas, como as ocupações do Centro de Operações de Indaiatuba e do maior Centro de Encomendas do Norte\Nordeste, na Bahia, além do terminal de cargas no Aeroporto de Brasília. Iniciativas como estas devem ser reproduzidas para afetar a logística da empresa e exigir que a empresa e o governo atendam as reivindicações.

A greve tem se mantido firme, porém algumas agências continuam abertas, devido à ação dos fura-greves. A solução é a organização dos **piquetes**. Uma luta tão importante como esta, em que estão em jogo direitos historicamente conquistados, não pode ser prejudicada por um punhado de fura-greves que, ou não compreenderam a importância da unidade dos trabalhadores, ou assumem abertamente o lado do general Peixoto/Bolsonaro.

São importantes os **atos de rua**, com marcha, pois servem divulgar a greve, expressar as reivindicações por meio de faixas, palavras de ordem, carro de som, desmontar as mentiras do governo e ganhar apoio da população.

A constituição de um **Comando de Greve**, criado em assembleia, permite envolver os grevistas que se dispõem a estar à frente da greve, junto com a direção do sindicato, pensando estratégias e ações, fazendo propostas, elab

orando calendários semanais de atividades e coordenando as ações da greve. A realização das **assembleias presenciais** coloca nas mãos do conjunto da categoria as principais decisões que dizem respeito à greve.

A greve dos Correios tem uma enorme importância porque se coloca contra o plano de privatizações do governo Bolsonaro. Se o governo Bolsonaro consegue derrotar a greve e privatizar a empresa, avançará rapidamente o seu programa de privatizações para as demais estatais. Por isso, é dever de todos os sindicatos, movimentos e centrais sindicais se somarem ao apoio ativo à greve.

É necessário que as Centrais convoquem imediatamente um **Dia Nacional de Luta** contra as privatizações e a retirada de direitos, e em defesa dos empregos, que una, nas ruas, petroleiros, ecetistas, metalúrgicos, etc., em defesa de suas reivindicações. Um verdadeiro **Dia Nacional de Luta**, com paralisações e assembleias, fortaleceria a greve dos Correios, que tem sofrido um significativo isolamento por parte das demais entidades.

Só a força da mobilização unitária dos trabalhadores é capaz de fazer o General Peixoto recuar em seu ataque aos direitos, e o governo Bolsonaro retroceder em seu plano de privatizações das estatais. **Todo apoio à greve dos trabalhadores dos Correios! Pôr abaixo o plano de privatizações do governo Bolsonaro! Radicalizar o movimento! Que as Centrais convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta contra as privatizações, o desemprego e a retirada de direitos!**

Unir a luta contra a Reforma Administrativa ao fortalecimento da Greve dos Correios

Ato no Recife, dia 30, às 14h, no Derby

A contrarreforma administrativa (PEC 32/2020) é mais um ataque de Bolsonaro/Guedes. Seu objetivo é destruir os serviços públicos e empresas estatais, favorecer a privatização e sacrificar direitos dos servidores para sustentar a dívida pública. O discurso de combate aos privilégios é falso, os supersalários e benefícios do Legislativo, Judiciário e Militares serão preservados. Serão atingidos os trabalhadores que garantem os direitos sociais como educação, saúde, previdência e assistência. O autoritarismo e as perseguições políticas crescerão, com o aumento do poder do Presidente da República.

Apesar dos atritos do Ministro da Economia com Bolsonaro e com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, não se pode esperar que a reforma será bloqueada por esta via. Os presidentes da Câmara, Senado, Judiciário e Executivo estão alinhados na defesa da manutenção do teto dos gastos e na sustentação do parasitismo financeiro. Nada de apostar na via jurídico-parlamentar. Organizar a ação direta coletiva!

A destruição de direitos dos servidores públicos e o desmonte dos serviços públicos são parte da eliminação de postos de trabalho, redução de salários e desproteção

total da força de trabalho. FHC tentou acabar com a estabilidade, ao condicioná-la a avaliações de desempenho. A criação das Organizações Sociais permitiu a transferência da gestão para instituições privadas que contratam pessoal por vias mais precárias.

A contrarreforma trabalhista, de Temer, rasgou a CLT. A EC 95 do teto dos Gastos instituiu os "gatilhos" que, se os governos ultrapassarem o teto, determinam o arrocho salarial de servidores e impedimento de concursos. A legislação sobre a terceirização também propiciou a proliferação dos terceirizados nos serviços públicos e empresas estatais. Vemos que a contrarreforma administrativa, Bolsonaro/Guedes pretende dar o golpe final aos direitos que permaneceram. ***O combate a mais este ataque só pode se dar em unidade com os demais trabalhadores pela revogação das contrarreformas trabalhista, da previdência, EC do teto dos gastos, lei da terceirização, dentre outras.***

Foco principal é a quebra da estabilidade

A estabilidade do servidor público foi constitucionalizada em 1934, assim como os trabalhadores do setor privado. Sob a ditadura militar, a constituição de 1967, restringiu a estabilidade no serviço público, ao mesmo tempo, acabou com a estabilidade no setor privado, a substituindo pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Resultou em ampliação da rotatividade e redução salarial.

A Constituição de 1988 generalizou a estabilidade para o serviço público, com o RJU. Mas deixou de fora os trabalhadores do setor privado, que nunca mais recuperaram a estabilidade. Com as contrarreformas aplicadas pós ditadura, os concursados convivem cada vez mais com terceirizados e celetistas no serviço público.

A proposta de Bolsonaro/Guedes é de que só servidores de "carreiras típicas de Estado" ingressarão via concurso, estabilidade. Será exigido, antes da efetivação, um vínculo de dois anos de experiência considerado uma etapa da seleção. A pá de cal no RJU será dada com a criação de contratos e vínculos diversos: cargo com prazo indeterminado, via concurso; e, sem concurso: cargo com prazo determinado; e cargo de liderança e assessoramento.

A defesa da manutenção da estabilidade do servidor público não pode ser feita de forma corporativa, com a ideia de que é isto que garante um Estado neutro, acima das disputas partidárias. ***É preciso retomar a defesa da estabilidade a todos trabalhadores assalariados, no setor público e privado, assim como a defesa da efetivação dos terceirizados com os mesmos direitos que os concursados.*** É preciso exigir das centrais e sindicatos que deixem de negociar demissões e defendam realmente o direito ao trabalho. ***Não às demissões dos cobradores! Não ao fechamento da Kibon na RMR do Recife. Basta de destruição de postos de trabalho!***

Discurso de combate a privilégios e melhoria da qualidade oculta privatismo

Após décadas de desmonte dos serviços públicos, os capitalistas se apoiam na precariedade dos serviços para

responsabilizar exclusivamente os servidores. Assim, afirmam que este quadro se deve à estabilidade que impediria o controle do trabalho.

A denúncia sobre a baixa qualidade dos serviços públicos precisa ser enfrentada com o programa de expropriação da rede privada de ensino, de saúde, previdência, etc. e a criação de sistemas únicos sob o controle operário coletivo.

Sem isso, a denúncia serve apenas à reprodução do ataque neoliberal aos serviços públicos para abrir espaço para a mercantilização dos direitos sociais. O que não combate privilégios e muito menos leva a melhorias na qualidade.

Ataque às estatais

A contrarreforma também reforça o entreguismo. Anula a concessão de estabilidade a empregados de empresas públicas, de economia mista ou subsidiárias, igualando os mecanismos de negociação coletiva e individual ao setor privado. Os milhões de demitidos na pandemia são o melhor testemunho das pretensões do governo e dos capitalistas.

Os Correios estão no momento em greve, os bancários ameaçam se somar ao movimento, a Petrobrás teve uma importante greve no início de 2020, trabalhadores dos metrô, Eletrobrás, Embraer e tantas outras estatais estão sob a mesma ameaça. Já passa da hora de unificar todos contra os ataques. ***As centrais sindicais têm o dever de promover as assembleias de todas as categorias e marcar um verdadeiro dia nacional de paralisação que seja o ponto de partida para a reconstrução da greve geral.***

Romper a passividade e organizar a luta unitária

As Centrais Sindicais permanecem sob a política burguesa do isolamento social, desmontaram totalmente as lutas, desde o momento em que desmarcaram a greve nacional de 18 de março, e entraram em quarentena. Os trabalhadores foram e continuam sendo golpeados pelas demissões, redução de salários e destruição de direitos. Alguns setores começam a se mobilizar, sobretudo pela pressão das bases.

A vanguarda com consciência de classe que atua no funcionalismo público tem uma grande tarefa a cumprir para evitar o caminho do corporativismo e fazer da luta contra a EC 32/2020 uma ponte para a unidade com os cetistas em greve, os demais trabalhadores das estatais, os terceirizados, os trabalhadores do setor privado, os precarizados e desempregados.

Toda força ao "Dia nacional de lutas contra a reforma administrativa" em 30 de setembro. ATO NO RECIFE, ÀS 14H, NO DERBY. Convocar as assembleias presenciais. Criar comitês de luta. Abaixo a Contrarreforma administrativa. Pela revogação de todas as contrarreformas. Que as Centrais Sindicais rompam a passividade e convoquem um verdadeiro dia nacional de lutas e paralisações.

